

1 **ATA DA 452ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS**  
2 **DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA SEIS DE ABRIL DE DOIS**  
3 **MIL E DEZESSETE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos seis dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às quinze horas e quinze minutos, no Auditório  
5 Lino Grützmacher, na AMMVI, em Blumenau /SC, realizou-se a quadringentésima quinquagésima  
6 segunda Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí  
7 (AMMVI), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Botuverá, senhor José Luiz Colombi e  
8 secretariada por mim, Michele Prada. A assembleia contou com a presença do senhor Carlos Alberto  
9 Peixer Vinci, secretário municipal de Administração e Finanças de Apiúna, representando o senhor  
10 José Gerson Gonçalves, prefeito do município de Apiúna; senhor Lairton Antônio Possamai, prefeito  
11 do município de Ascurra; senhor Jean Michel Grundmann, prefeito do município de Benedito Novo;  
12 senhor Napoleão Bernardes Neto, prefeito do município de Blumenau; senhor José Luiz Colombi,  
13 prefeito do município de Botuverá; senhora Simoni Mercia Mesch Nones, prefeita do município de  
14 Doutor Pedrinho; senhor Luis Carlos Spengler Filho, vice-prefeito do município de Gaspar; senhor  
15 Matias Kohler, prefeito do município de Guabiruba; senhora Adriane Machado Ferrari, secretária  
16 municipal de Saúde de Indaial, representando o senhor André Luiz Moser, prefeito do município de  
17 Indaial; senhor Êrcio Kriek, prefeito do município de Pomerode; senhor Marildo Domingos Felippi,  
18 prefeito do município de Rio dos Cedros; senhor Paulo Roberto Weiss, prefeito do município de  
19 Rodeio; senhor Marcelo Luiz Ferrari, vice-prefeito do município de Timbó; além de demais  
20 interessados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente agradeceu  
21 a presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início à assembleia. Inicialmente, o  
22 presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da  
23 assembleia anterior; 2 – Colegiado de Trânsito; 3 – Agendas institucionais; 4 – XX Marcha a Brasília  
24 em Defesa dos Municípios; 5 – Movimento econômico; 6 – Plano de Ação AMMVI; 7 – Projeto Vale  
25 da Cerveja; 8 – Assuntos gerais. Na sequência, o presidente apresentou o item um, confirmando o  
26 recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para deliberação por correio  
27 eletrônico e, não havendo manifestação em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade.  
28 Em prosseguimento, o presidente passou a palavra ao assessor jurídico da Federação Catarinense de  
29 Municípios (Fecam) e secretário do Conselho de Órgãos Municipais Integrados ao Sistema Nacional  
30 de Trânsito (Comitra), senhor Diogo Beppler, para discorrer sobre o item dois da ordem do dia –  
31 Colegiado de Trânsito. Segundo ele, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) prescreve uma série de  
32 atribuições ao Ente municipal e, para que este consiga exercê-las, deve estar integrado ao Sistema  
33 Nacional de Trânsito. Então, o Município deve seguir alguns requisitos formais dispostos na  
34 legislação que trata da matéria e na resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) para que  
35 o Ente municipal possa ter legitimidade de executar as atribuições de trânsito. Segundo o assessor,  
36 estes requisitos não são optativos, pois quando o CTB prescreveu que os municípios deverão se  
37 integrar ao Sistema Nacional de Trânsito não é uma faculdade de cada ente municipal, e sim uma  
38 obrigatoriedade. Atualmente, oitenta e oito municípios catarinenses estão devidamente integrados e  
39 duzentos e cinco municípios estão em uma situação de irregularidade. Para isso, o município pode  
40 elaborar lei que institui um órgão executivo de trânsito, podendo este ser secretaria, departamento,  
41 divisão administrativa; regulamentar a junta administrativa de recursos de infrações para que o  
42 infrator tenha acesso ao contraditório e ampla defesa na esfera administrativa; nomear uma autoridade  
43 de trânsito; e alocar membros na junta administrativa de infrações. Conforme o senhor Diogo Beppler,  
44 basicamente o que precisa para o trânsito são: engenharia, sinalização, fiscalização e educação. Ele  
45 refletiu com os prefeitos que, independentemente de o município estar integrado ou não, ele já executa  
46 algumas dessas atribuições no âmbito territorial. Em função disso, a Fecam está incentivando a  
47 municipalização para que os municípios saiam de uma situação de irregularidade. Quanto a  
48 fiscalização, o CTB permite que o município delegue esta função à Polícia Militar e, por isso, não é

49 necessário a contratação de agentes de trânsito. A Fecam já tem todas as minutas de lei para que o  
50 município adote e se integre ao Sistema Nacional de Trânsito. O que se percebe é que os municípios  
51 de maior porte já estão integrados e já possuem uma estrutura, porém nos municípios de pequeno  
52 porte esta estruturação é complicada e, como solução a isso, o assessor jurídico sugere a constituição  
53 de um consórcio intermunicipal de trânsito. Esta ideia nasceu do Conselho Estadual de Trânsito  
54 (Cetran) e do Comitra, para começar uma discussão que iniciou no Colegiado de Trânsito da AMMVI  
55 (Cotran), único colegiado regional da área no estado. Na reunião deste, foi discutida a criação de um  
56 grupo de trabalho para estudo deste assunto, o qual será composto por representantes dos municípios  
57 para tentar instrumentalizar uma forma de criação de consórcio de trânsito que contemple todos os  
58 municípios, além de permitir a contratação de equipe multidisciplinar que pode executar uma série  
59 de serviços aos municípios. Conforme o assessor jurídico, o próprio Contran quer fomentar a criação  
60 de consórcios municipais na área de trânsito. Os prefeitos perguntaram se pátio e guincho também  
61 podem ser contemplados no consórcio, ao que o senhor Diogo Beppler disse que depende do escopo  
62 de atuação. O secretário executivo AMMVI, senhor José Rafael Corrêa, questionou se os municípios  
63 que não municipalizaram ainda podem renovar os convênios com o Estado. O assessor jurídico disse  
64 que em Santa Catarina temos uma situação de anormalidade pois, teoricamente, o Estado não poderia  
65 conveniar com os municípios que não estão integrados. O Estado permite isso porque coloca toda a  
66 gestão administrativa e de prestação de contas para os municípios, então para o governo estadual é  
67 cômoda esta situação. Por isso, o senhor Diogo Beppler recomenda que os municípios adotem  
68 rapidamente os procedimentos de integração, favorecendo que saiam desta situação de anormalidade,  
69 além de que a integração aumenta de 32,5% para 40% a arrecadação das infrações manuais e, se o  
70 município tiver equipamentos de fiscalização eletrônica, ele ficará com 80% da arrecadação das  
71 multas. Ele lembrou ainda que a Emenda Constitucional nº 93 permite que 30% dos valores  
72 arrecadados com multas podem ser investidos para outros fins. O prefeito Ércio Kriek perguntou se  
73 os recursos arrecadados podem ser utilizados para a construção de ciclovias, ao que o assessor jurídico  
74 esclareceu que o Artigo 320 do CTB determina que os recursos arrecadados com multa de trânsito  
75 devem ser aplicados em engenharia de campo, engenharia de tráfego, sinalização, fiscalização,  
76 educação e policiamento. Então, a partir desta genérica base normativa, o Contran possui a Resolução  
77 nº 191 que explica onde podem ser investidos estes recursos. O Tribunal de Contas do Estado de  
78 Santa Catarina (TCE/SC) obedece à Portaria nº 407 do Departamento Nacional de Trânsito  
79 (Denatran), então, tudo que está amparado nesta portaria pode ser utilizado como investimentos no  
80 trânsito. O presidente da AMMVI perguntou se é possível usar algum consórcio já existente para a  
81 gestão integrada do trânsito. O senhor Diogo Beppler disse que é permitido desde que esteja previsto  
82 no Protocolo de Intenções, além disso, outra alternativa é a cedência de equipe que já atua nesta área  
83 de algum município para o consórcio, o qual já poderá iniciar a fiscalização. O diretor executivo do  
84 Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (Cimvi), senhor Fernando Tomaselli, disse que  
85 coloca a entidade à disposição para este fim e salientou que o órgão, por ser multifinalitário em sua  
86 formação, pode futuramente contemplar esta iniciativa. O presidente da AMMVI sugeriu que em  
87 breve seja iniciado um estudo para andamento desta proposição. Em seguida, o presidente passou a  
88 palavra ao diretor executivo da Fecam, senhor Rodrigo Giácomo Guesser. O senhor José Luiz  
89 Colombi perguntou sobre a ata de registro de preços de medicamentos. O Senhor Rodrigo Giácomo  
90 Guesser disse que há duas semanas, a presidente da Fecam e prefeita de São José, senhora Adeliana  
91 Dal Pont, fez reunião na entidade com o TCE/SC e o governo do Estado. Na ocasião, o governo  
92 estadual apresentou a sugestão de uma Ata de Registro de Preços para a compra de medicamentos,  
93 pois a União já utiliza este modelo e o Governo do Estado está fomentando a Fecam a fazer o mesmo.  
94 Segundo o diretor executivo, a Fecam está fazendo uma consulta para ser encaminhada ao Tribunal,  
95 que busca saber se é possível os municípios encaminharem a sua demanda de medicamentos para a  
96 Secretaria de Estado da Saúde, e esta proceder a elaboração de uma Ata de Registro de Preços na

97 modalidade pregão. No entanto, mantendo a autonomia do município no que se refere ao  
98 processamento, empenho, recebimento do medicamento e posterior liquidação e pagamento,  
99 beneficiando-se apenas do preço registrado pelo certame da Secretaria de Estado. À época da reunião,  
100 a Fecam explicou que já existe os consórcios municipais na área da saúde que executam a compra  
101 compartilhada de medicamentos. Em algumas regiões este processo funciona muito bem, porém,  
102 prevê-se que a compra através da ata possa diminuir ainda mais os valores dos medicamentos. O  
103 senhor Rodrigo Giácomo Guesser alertou que ainda não foi publicada a resposta do TCE/SC referente  
104 a consulta, logo, os Municípios devem aguardar pronunciamento do Tribunal. O senhor José Rafael  
105 Corrêa complementou que o TCE/SC não costuma aprovar este tipo de iniciativa, mas deve-se tentar.  
106 Além disso, ele alertou que o Estado não aceitará receber os valores dos municípios para pagamento  
107 da compra de medicamentos, com isso, cada empresa deverá aceitar que o pagamento seja feito  
108 diretamente pelo respectivo município, o que também pode interferir nos valores. O diretor executivo  
109 informou ainda que foi realizada reunião entre Fecam, Secretaria de Estado da Educação (SED) e  
110 União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina (Undime/SC) sobre transporte  
111 escolar, na qual foi conquistado incremento de quase R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) nos  
112 valores repassados aos municípios para transporte da rede estadual neste ano. O valor corresponde a  
113 um aumento de 10% sobre cada aluno transportado a uma distância acima de vinte e quatro  
114 quilômetros; 8,5% para alunos transportados a uma distância entre doze e vinte e quatro quilômetros;  
115 e 5% para alunos transportados a distâncias compreendidas entre seis e doze quilômetros. Segundo  
116 ele, o Estado garantiu que em março iniciam os repasses aos municípios. Aproveitando a reunião, o  
117 diretor executivo falou aos prefeitos de mais uma conquista do movimento municipalista catarinense,  
118 que é a dispensa de licenciamento nas atividades de lavra a céu aberto por escavação, usinas de  
119 britagem e outras, destinadas, exclusivamente, à construção, manutenção e melhorias de estradas  
120 municipais, estaduais e acessos internos em áreas rurais. Depois de reuniões com entidades  
121 municipalistas, a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) concordou em regulamentar a Lei  
122 17.083/2017 sobre licenciamento das atividades de lavra a céu aberto nos municípios, com o  
123 acréscimo dos incisos 1º e 2º ao artigo 29 da Lei 14.675, de 2009, que instituiu o Código Estadual do  
124 Meio Ambiente. O senhor Rodrigo Giácomo Guessner disse ainda que a Fecam vai analisar a  
125 viabilidade de capacitações aos municípios sobre extração das lavras, para que estes não incorram em  
126 ações que possam promover danos ao meio ambiente. Continuando a assembleia, o presidente passou  
127 a palavra ao secretário executivo da AMMVI para abordar o item três – agendas institucionais. Ele  
128 falou aos prefeitos das agendas cumpridas em março. Dentre elas está a audiência com o secretário  
129 de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), senhor Carlos Alberto Chiodini, no  
130 dia vinte e dois de março, em que participaram os prefeitos de Botuverá, Rio dos Cedros e Timbó.  
131 Na ocasião, a AMMVI entregou ao secretário três ofícios com reivindicações. Um deles solicitava  
132 recursos para a reforma e ampliação de um galpão pré-moldado para a instalação da Central Única  
133 de Triagem de Resíduos Recicláveis para os municípios, que será sediada no município de Timbó,  
134 sob a coordenação do Cimvi. Este projeto implica em um aumento de dois mil e quinhentos metros  
135 quadrados no galpão já existente, o que corresponde ao valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de  
136 reais). O segundo pedido diz respeito a recursos para a adequação do sistema de tratamento de  
137 efluentes, chorume ou líquido percolado, oriundo do aterro sanitário do Cimvi. O sistema de  
138 tratamento de efluente existente consiste em um tratamento biológico, seguido de um tratamento  
139 físico-químico e foi implantado em janeiro de dois mil e quinze. Para esta melhoria o custo estimado  
140 necessário é de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). E, por último, foi entregue ainda pleito  
141 de recursos para o desenvolvimento do projeto “Diagnóstico dos Sistemas Individuais de Tratamento  
142 de Esgotamento”. Este visa auxiliar os municípios na obtenção de dados sobre o tratamento individual  
143 de esgoto sanitário, embasar os servidores municipais e auxiliar a atuação na fiscalização e  
144 regularização de residências. Estas ações objetivam atender o cumprimento de uma das cláusulas na


145 qual os municípios possuem maior dificuldade em atender e que é parte do Termo de Ajustamento de  
146 Conduta (TAC) assinado por vinte e um municípios da Bacia do Rio Itajaí, com o Ministério Público  
147 do Estado de Santa Catarina (MP/SC), por meio da Promotoria Regional de Meio Ambiente. A  
148 interpretação dos resultados do diagnóstico (número de residências com sistema de tratamento  
149 individual de esgoto doméstico, realização da manutenção do sistema, distanciamento conforme as  
150 normas técnicas, entre outras), assim como, as demais cláusulas, possibilitarão a elaboração de  
151 políticas públicas na área de saneamento básico, elevando os índices de tratamento de esgoto sanitário  
152 e conseqüentemente melhorando a qualidade de vida dos munícipes. A estimativa de valores  
153 envolvidos para a aplicação desta metodologia situa-se em torno de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta  
154 mil reais). O presidente da AMMVI lembrou os prefeitos que há o convênio dos municípios com a  
155 Fatma sobre as pequenas intervenções que atualmente não está válido. Ele frisou que é necessário  
156 que cada Município renove o convênio individualmente. O senhor José Rafael Corrêa falou também  
157 da reunião com o Secretário de Estado da Defesa Civil, senhor Rodrigo Antônio Moratelli, no dia  
158 vinte e dois de março, em que também participaram os prefeitos de Botuverá e Timbó. Na  
159 oportunidade, a AMMVI apresentou novamente a ele a relevância do Centro de Operação do Sistema  
160 de Alerta (Ceops) para o monitoramento de cheias na região. Tal entidade enfrenta dificuldades há  
161 longa data, para a qual a Associação tem prestado apoio financeiro por meio de convênio. O secretário  
162 de Estado assumiu o compromisso de periodicamente passar informações aos prefeitos e à AMMVI  
163 sobre os investimentos regionais e a prevenção de enchentes na região. O presidente informou ainda  
164 que em outubro deverá ser inaugurada uma central de monitoramento, em Florianópolis, cuja  
165 estrutura vai atender todo o estado na área de desastres e dará atenção especial a todos os municípios  
166 nas ações relacionadas à defesa civil. O secretário executivo da AMMVI relatou ainda sobre as  
167 assembleias da Fecam realizadas nos dias primeiro de março e quatro de abril, em Florianópolis. A  
168 primeira, tratou sobre veto ao projeto de lei do Imposto sobre Serviço (ISS); dívidas do Estado (Fundo  
169 Social, educação, saúde e assistência social); municipalização do trânsito; precatórios; dívidas com a  
170 Previdência Social; meio ambiente e licenciamento; Índice de Desenvolvimento Municipal  
171 Sustentável (IDMS); programa Saúde Fiscal; compras; projeto de lei do senador Dalírio Beber  
172 referente os pisos das categorias profissionais. Já na reunião de abril da Fecam, estavam em pauta:  
173 apresentação dos resultados das deliberações da segunda reunião do Conselho Político; continuidade  
174 da pauta de trabalho com ações político-institucionais da Fecam para a gestão de dois mil e dezessete  
175 (precatórios, dívidas do INSS, licenciamento ambiental); informações sobre o Programa Criança  
176 Feliz; espaço para apresentação do Sindicato das Agências de Propaganda de Santa Catarina (Sinapro)  
177 e da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert); legalidade do décimo  
178 terceiro salário de prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais, em que o Supremo Tribunal  
179 Federal (STF) julgou favorável ao pagamento. Quanto a exposição do Sinapro, o senhor José Rafael  
180 Corrêa relatou que a entidade enviará aos prefeitos uma guia para licitações de serviços publicitários,  
181 elaborado pela Federação Nacional das Agências de Propaganda (Fenapro). O manual contempla  
182 orientações sobre os equívocos cometidos com maior frequência na elaboração de editais que  
183 objetivam a contratação de agência de propaganda para prestação de serviços publicitários. O  
184 secretário executivo pediu que os prefeitos repassem este guia para as comissões de licitações e leiam  
185 com atenção, pois, muitos dos editais lançados pela Administração Pública não condizem com as  
186 novas regras. Ele avisou ainda que o TCE/SC deve lançar em breve parecer sobre o assunto. Sobre a  
187 reunião com o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), deputado  
188 Silvio Dreveck, o secretário executivo ressaltou que foram feitas a ele reivindicações para ampliação  
189 de recursos do Estado na saúde pública e cumprimento dos valores pactuados, recursos para segurança  
190 pública, linhas de créditos e convênios para municípios, melhorias na infraestrutura urbana e  
191 municipalização das rodovias. Na reunião com o deputado Dreveck, o presidente da AMMVI  
192 entregou ofício, no qual os prefeitos solicitam que, nas votações relacionadas aos projetos que criam

193 despesas aos municípios, como também nas propostas que interfiram na arrecadação dos entes  
194 municipais, os prefeitos e/ou entidades municipalistas sejam convidados a participar das discussões  
195 e propor melhorias. Além disso, o documento reivindicou o acompanhamento do presidente da Alesc  
196 nas iniciativas que tramitam na Casa Legislativa que impactam diretamente nas finanças municipais,  
197 pois os Municípios não têm condições financeiras de arcar com qualquer outro programa imposto por  
198 lei sem a garantia de financiamento. E, por fim, o senhor José Rafael Corrêa explicou aos prefeitos  
199 que ainda se tem agendas pendentes em Florianópolis, em que a AMMVI vai tentar audiência com  
200 Casa Civil, Secretarias de Estado da Fazenda, da Segurança Pública e da Saúde, Departamento  
201 Estadual de Infraestrutura (Deinfra), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit),  
202 TCE/SC, Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e Companhia Catarinense de Águas e  
203 Saneamento (Casan). Na sequência, item quatro da ordem do dia - XX Marcha a Brasília em Defesa  
204 dos Municípios - o senhor José Rafael Corrêa lembrou ainda que de quinze a dezoito de maio deste  
205 ano será promovida a XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, no distrito federal. O dia  
206 quinze é reservado para credenciamento. Já os demais dias terá programação no palco principal e  
207 arenas temáticas em espaço paralelo. A programação e as inscrições estão disponíveis no site  
208 [marcha.cnm.org.br](http://marcha.cnm.org.br). Progredindo a assembleia, o presidente convidou o assessor econômico da  
209 AMMVI, senhor Célio Francisco Simão, para discorrer sobre o item cinco – movimento econômico.  
210 Este passou a informação de que os convênios de notas de produtor rural serão renovados nos  
211 próximos dias, já que venceram em agosto do ano passado. Este convênio é feito entre a prefeitura e  
212 a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC), cuja tarefa é emissão, controle e baixa de notas  
213 fornecidas aos produtores rurais de cada município. Lembrou também ao prefeito de Blumenau que  
214 é preciso ver a situação atípica, pois a emissão de notas está no Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
215 de Blumenau, pois, sendo esta uma tarefa fazendária, este serviço fiscal não pode ser delegado ao  
216 sindicato, que é órgão de classe. No entanto, em conversas prévias, a Diretoria de Desenvolvimento  
217 Rural de Blumenau sinalizou interesse de adesão e, após decisão do governo municipal, a AMMVI  
218 faz a instalação do sistema sem custo e capacitação dos técnicos e produtores. O senhor Célio  
219 Francisco Simão explicou ainda que alguns municípios já aderiram à nota de produtor rural eletrônica  
220 que, para tanto, a AMMVI está proporcionando as devidas capacitações através da SEF/SC e de  
221 outros órgãos. No entanto, foi alertado aos prefeitos que este processo pode demorar para ser  
222 implantado na integridade, pois adequações ainda estão sendo feitas e é necessário aguardar a  
223 adaptação do produtor rural. O senhor Célio Francisco Simão alertou que, depois de implantada a  
224 nota fiscal eletrônica, o processo através de bloco físico de notas fiscais é automaticamente eliminado.  
225 Quanto às informações do movimento econômico, o assessor entregou para cada prefeito uma  
226 planilha contendo a evolução e o resultado dos índices para dois mil e dezoito e disse que estão dentro  
227 de um cenário otimista para a região. Como resultado regional, deve-se ter um acréscimo no índice  
228 de retorno do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 1%, o que representa  
229 uma boa evolução e significa em torno de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). Este índice  
230 para dois mil e dezoito é com base no fechamento do valor adicionado de dois mil e dezesseis. Os  
231 valores poderão sofrer alterações, uma vez que muitos municípios irão efetuar suas defesas e  
232 correções. Conforme levantamento apresentado aos prefeitos, os municípios de Apiúna, Benedito  
233 Novo, Brusque, Rio dos Cedros e Rodeio devem apresentar um decréscimo no retorno do ICMS. Já  
234 Ascurra, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode e Timbó há perspectiva de  
235 crescimento. O assessor econômico lembrou que os dados serão auditados e poderão ser contestados  
236 administrativamente, pois o índice provisório será publicado em junho de dois mil e dezessete. Na  
237 AMMVI, esforços já estão sendo feitos na busca de melhoria de valores do movimento econômico  
238 de cada município ainda nos próximos meses, pois atualmente estão sendo verificadas as Declarações  
239 de Informações Fiscais e de Movimento Econômico (Dimes) dos estabelecimentos que podem possuir  
240 incorreções, para que dê tempo de promover as devidas correções por processo de contencioso

241 administrativo. Demais informações ainda serão dadas no decorrer do período. O prefeito Paulo  
242 Roberto Weiss cobrou sobre o andamento do programa Com Nota Fiscal Vai Legal, pois há  
243 necessidade de reforçar a fiscalização em torno da emissão de notas fiscais para que promover ações  
244 em prol da ampliação da arrecadação própria dos municípios. Neste tópico, o prefeito Ércio Kriek,  
245 lembrou ainda que ação semelhante deve ser implantada no comércio. Como alternativa, o assessor  
246 econômico propôs que os municípios façam campanhas de nota fiscal para conscientizar a população  
247 sobre a relevância de solicitar o documento em cada compra. O secretário executivo frisou que a  
248 AMMVI pode agendar uma reunião com prefeitos e secretários municipais de Fazenda para discutir  
249 este assunto e planejar alguma ação regional. Em continuidade, no item seis da ordem do dia - Plano  
250 de Ação AMMVI – o secretário executivo falou brevemente do Plano de Ação, informando aos  
251 prefeitos o andamento dos projetos nas áreas de resíduos sólidos, meio ambiente e saneamento,  
252 desenvolvimento regional, saúde, gestão pública e banco de dados. Na área de gestão, o senhor José  
253 Rafael Corrêa informou que a Associação realizou o curso sobre licitações públicas e contratos  
254 administrativos, em que a entidade subsidiou parte do valor. O secretário executivo lembrou ainda  
255 que no final de abril será promovido o curso de formação de pregoeiro, cuja realização faz parte do  
256 projeto de gestão pública. Além disso, será entregue aos municípios um *check-list* para evitar  
257 problemas futuros nas licitações das prefeituras. Este ano serão ainda verificados os processos  
258 licitatórios das prefeituras para verificar se estas estão seguindo este *check-list* e cumprindo todos os  
259 dispositivos legais. Em setembro uma nova ação deste projeto será executada, na qual caberá análise  
260 dos sistemas de informática. Já no projeto de patrimônio, frotas e almoxarifado, será enviado aos  
261 municípios um questionário sobre o tema para montar um diagnóstico regional, como também serão  
262 oferecidas capacitações sobre o assunto. No âmbito do controle interno e transparência, em maio terá  
263 ainda aos municípios a palestra com ex-ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage,  
264 que falará sobre compliance, controles internos, ouvidoria ou transparência. Em junho será a vez de  
265 novas formações do programa Unindo Forças, com o MP/SC. Em julho, a AMMVI vai oferecer uma  
266 semana de capacitação na área, com palestrantes do Ministério da Transparência, Fiscalização e  
267 Controladoria-Geral da União. Esta semana faz parte do programa Brasil Transparente, no qual a  
268 Associação fará adesão. E, em agosto, ter-se-á capacitações sobre ouvidorias. No projeto de recursos  
269 humanos, o senhor José Rafael Corrêa disse que a Associação está buscando parceria com o TCE/SC  
270 para amadurecer ações nesta área. Além disso, a AMMVI já iniciou um diagnóstico para conhecer a  
271 estrutura das prefeituras, principalmente nos cargos públicos, para verificar qual a assessoria que a  
272 entidade poderá prestar aos municípios, principalmente quanto a descrição dos cargos. A intenção é  
273 capacitar os agentes públicos e também elaborar uma modelagem na gestão de pessoas aos  
274 municípios. O prefeito Paulo Roberto Weiss sugeriu que a Associação faça o acompanhamento do  
275 Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) e assessorie os prefeitos em que áreas cada  
276 qual precisa melhorar e o que pode ser feito para isso. O senhor José Rafael Corrêa informou que a  
277 entidade já vem se reunindo com a Fecam e que pretende unir as informações do banco de dados com  
278 os indicadores municipais. Para ele, a dificuldade atual está em buscar estas informações de forma  
279 automática, agilizando que o processo de captação de informações seja ágil e fidedigno. Avançando  
280 a assembleia, no sétimo assunto em pauta - Projeto Vale da Cerveja - o presidente do Blumenau e  
281 Vale Europeu Convention & Visitors Bureau, Valmir Zanetti, apresentou aos prefeitos o projeto Vale  
282 da Cerveja, com o objetivo de engajar os municípios envolvidos com o Vale da Cerveja e gerar  
283 colaboração das cidades que ainda não integram o roteiro, que compreende o Vale Europeu. O Vale  
284 da Cerveja é uma iniciativa da Associação das Cervejarias de Santa Catarina (Acasc), Blumenau e  
285 Vale Europeu Convention & Visitors Bureau, Secretaria Municipal de Turismo de Blumenau, Câmara  
286 de Dirigentes Logistas (CDL) de Blumenau, Sindicato do Comércio Varejista de Blumenau  
287 (Sindilojas), Sindicato Patronal de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Blumenau e Região  
288 (Sihorbs), Escola Superior de Cerveja e Malte e cervejarias participantes. Para o senhor Zanetti, tem-

289 se ciência que a cerveja não é o principal gerador de negócios, porém a cadeia produtiva da cerveja é  
290 um potencial e pode fortalecer o turismo da região. Segundo ele, grande parte da economia brasileira  
291 tende a seguir o movimento americano, que nos últimos vinte anos transformou o mundo cervejeiro  
292 daquele país e atualmente movimenta em torno de vinte e três bilhões de dólares por ano. O Brasil,  
293 em dois mil e cinco, apresentava apenas sete cervejarias artesanais; ano passado, este valor fechou  
294 em trezentos e setenta e duas. Os dados confirmam que uma nova cervejaria por semana se instala no  
295 Brasil. Na Alemanha, este montante é de três mil cervejarias e nos Estados Unidos da América é de  
296 quatro mil e duzentos. Para ele, dentre as vantagens de uma cervejaria artesanal está sua atuação local,  
297 gerando renda e arrecadação para a localidade, pois o crescimento econômico delas nos últimos anos  
298 é de aproximadamente 20%. Atualmente o Brasil é o terceiro maior produtor de cerveja do mundo,  
299 cujo produto está presente em 99% dos lares. O projeto Vale da Cerveja surgiu também pela  
300 necessidade de incrementar o turismo, já que a região ainda é um emissor de turistas para outros  
301 estados e países. Diante disso e do potencial de equipamentos turísticos presentes aqui, o projeto vem  
302 aproveitar este potencial para explorar a cadeia produtiva presente no Vale Europeu, envolvendo o  
303 produtor, a gastronomia, a rede hoteleira, o restaurante, o taxista e demais trade turístico. Além disso,  
304 prevê-se que também a indústria seja envolvida no projeto, pois as peças são produzidas na região.  
305 Segundo ele, usando a plataforma Vale da Cerveja é possível criar roteiros de visitação para os turistas  
306 aproveitando o potencial das cidades, além de criar um produto regional, envolvendo a indústria, o  
307 comércio e os serviços para transformar a região em um grande destino turístico na América Latina.  
308 Para isso, vai precisar de trabalho organizado em conjunto. Para ele, o relevante deste projeto é que  
309 a cerveja é apenas um ator e isso independe se o cidadão produz ou consome cerveja, pois se pretende  
310 envolver todos os setores. O projeto é mantido pelo aporte das entidades e pagamento de  
311 mensalidades pelos cento e vinte associados, que seguem regramentos para qualificar o  
312 empreendimento e fortalecer o corporativismo. O prefeito Napoleão Bernardes Neto disse que, com  
313 a evolução da tecnologia, muitos setores estão se robotizando e automatizando, porém, a área de  
314 serviço depende de pessoas qualificadas e capacitadas, e isso a região possui. Para o prefeito, o  
315 turismo gera desenvolvimento econômico, renda, emprego, oportunidades em diversas áreas e, no  
316 trabalho em conjunto, traz muita sinergia e onde todos os municípios serão beneficiados, tornando-  
317 se uma causa regional. A prefeita Simoni Mercia Mesch Nones relatou que em sua reunião com o  
318 ministro do Turismo este ano, ele citou a regionalização do turismo como fator de alavanco da  
319 economia e também como alternativa de se conseguir captar recursos. Prosseguindo para o  
320 encerramento, em assuntos gerais – item oitavo da ordem do dia - o vice-prefeito de Timbó falou  
321 sobre o ofício enviada à AMMVI em que pede que a indicação de nome para representar a região no  
322 Conselho Estadual de Esporte (CED) seja incluída na ordem do dia. Segundo ele, o ofício sugere o  
323 nome do esportista e diretor-presidente da Fundação Municipal de Esportes de Timbó (FME), Marcio  
324 Elisio, e assim fortalecer a região junto a Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte). Alguns  
325 prefeitos sinalizaram que não poderiam assinar documento por já terem indicados nomes de seus  
326 respectivos municípios. Já os prefeitos que ainda não têm nomes a indicar, colocaram-se à disposição  
327 de Timbó. Além disso, o prefeito Ércio Kriek alertou que à AMMVI não é facultada esta indicação e  
328 que o ofício não pode ser em nome da entidade. Por isso, os prefeitos deliberaram que aqueles que  
329 tiverem interesse devem assinar a indicação junto com o prefeito de Timbó. Em seguida, o secretário  
330 executivo avisou aos prefeitos que nos dias dezoito e dezenove de abril, a Associação vai promover  
331 o Curso de Orçamento e Cálculo de BDI de Obras Cíveis Públicas. A capacitação objetiva orientar  
332 técnicos da construção civil na elaboração de orçamentos de obras e cálculo do BDI de obras de  
333 edificações, industriais, comerciais e de infraestrutura (saneamento, rodovias, ferrovias, portuárias,  
334 aeroportuárias, parques eólicos, termelétricas, hidrelétricas, etc.), como também apresentar a  
335 metodologia de cálculo de todos os itens que compõe o custo de uma obra e o preço de venda do  
336 orçamento. A capacitação será paga pela AMMVI e, portanto, gratuita aos municípios. Podem


337 participar da formação profissionais que atuam no segmento da engenharia de custos de obras civis,  
338 direta ou indiretamente: gerentes de projetos e contratos, orçamentistas, engenheiros, arquitetos,  
339 técnicos e fiscais de obras públicas. Após, a senhora Michele Prada convidou os prefeitos a  
340 participarem do lançamento do documentário Receita da Memória, que será na Associação, no dia  
341 oito de abril, às dezoito horas. O documentário foi realizado no Médio Vale do Itajaí e apresenta  
342 histórias, memórias e receitas de falantes das línguas de imigração da região. O fio que percorre a  
343 narrativa é o das receitas familiares mantidas há anos, ajudando a preservar a história e a memória  
344 das comunidades alemãs, italianas e polonesas como importante patrimônio cultural e linguístico do  
345 Brasil. Este documentário é um desmembramento do projeto e livro Receitas da Imigração, que  
346 contou com o apoio do Colegiado de Gestores Municipais de Cultura da AMMVI. O documentário  
347 foi produzido pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (Ipol). A  
348 senhora Michele Prada informou que o convite foi enviado aos gestores de Cultura e secretários  
349 municipais de Educação e falou ainda da relevância de o evento ser prestigiado pelos prefeitos. O  
350 secretário executivo informou ainda que o Sindilojas, através do empresário e ex-prefeito de  
351 Blumenau Félix Theiss, instituiu o Comitê da Duplicação da BR-470. Esta entidade já manifestou  
352 interesse de participar de assembleia da Associação e convidou a AMMVI para participar de uma  
353 reunião no dia vinte e quatro de abril. Por fim, nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da  
354 AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Michele Prada,  
355 lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e  
356 pelo senhor secretário executivo da AMMVI.



José Luiz Colombi  
Presidente  
Prefeito de Botuverá



José Rafael Corrêa  
Secretário Executivo



Michele Prada  
Assessora de Relações Públicas

357